

O PÚBLICO E O PRIVADO: O PAPEL DO ESTADO *

Antônio Cabral Neto **

A nossa discussão parte do entendimento de que o Estado é produto da sociedade quando esta atinge certo grau de desenvolvimento. Ele nem sempre existiu, ao contrário, é uma categoria histórica, portanto transitória, tendendo à extinção.

O Estado surge onde e quando a sociedade se divide em classes antagônicas, isto é, quando uns se apropriam do trabalho dos outros. Nesse sentido, ele é uma máquina que se forma para sustentar a dominação de uma classe sobre a outra, estando, pois, a sua gênese, ligada à produção de excedentes, desde as formas mais rudimentares, como na sociedade escravista, passando pela sociedade feudal até atingir as formas mais avançadas na

* Artigo elaborado a partir de trabalho apresentado na I Conferência Estadual de Educação, promovida pela Associação de Professores do Rio Grande do Norte – APRN, em 1988.

** Professor do Departamento de Educação da UFRN.



sociedade capitalista com a produção e o sistema de troca de mercadorias e a consolidação definitiva da extração da mais-valia.

O Estado tem a função de manter a ordem estabelecida, ou seja, a divisão de classes, como também, os privilégios da classe que detém os bens materiais da produção social. Ele se apresenta como algo que está acima da sociedade, algo imparcial, cujo único fim é manter a “lei e a ordem”, mas, ao manter a lei e a ordem, está a manter os interesses do sistema vigente.

O Estado, apesar de ter uma essencialidade, a sua forma varia em cada contexto histórico. Assim, a forma de governo sob a égide do Estado burguês pode se apresentar como república presidencialista (Brasil, Estados Unidos), república parlamentarista (França), monarquia Parlamentarista (Inglaterra), por exemplo, mas, em todas essas formas, continuam a dominação e a exploração do trabalho pelo capital. Esse aparelho tem sido, portanto, historicamente aperfeiçoado pelas revoluções burguesas com o objetivo de conservar essa condição.

Como se configura o Estado na fase atual de desenvolvimento do capitalismo? O Estado atual é caracterizado pelo capitalismo monopolista de Estado que resultou da manifestação das leis internas do capitalismo imperialista. Esta fase do capitalismo consiste na unificação da força do Estado burguês com a dos monopólios, num mecanismo único para garantir a concentração e o aumento dos lucros e tem no capital financeiro a sua forma dominante de reprodução. O Estado participa diretamente desse processo, exercendo atividades produtivas em certos ramos da produção, e, indiretamente, ditando as regras para a movimentação do capital produtivo e principalmente para o capital financeiro. “O imperialismo, especialmente —

época do capital bancário, época dos gigantescos monopólios capitalistas, época em que o capitalismo dos monopólios se transforma por via de crescimento, em capitalismo de monopólios de Estado — mostra a extraordinária consolidação da 'máquina governamental', o inaudito crescimento do seu aparelho administrativo e militar, ao mesmo tempo que se multiplicam as repressões contra o proletariado. . ." (6:41).

Nessa fase de desenvolvimento do capitalismo, vai-se acentuando, cada vez mais, a contradição entre o capital e o trabalho. O trabalho vivo — trabalho gerador de valor — contraditoriamente vai sendo expulso do processo produtivo, o que provoca, crescentemente, uma modificação na composição orgânica do capital, isto é, o aumento do capital constante e a redução do capital variável. Isto significa dizer que grande contingente de trabalhadores está sendo expulso do processo produtivo, e passa a viver em condições parasitárias à margem deste processo, portanto, em situação de miséria absoluta, como fazedores de coisas, e, desse modo, reproduzem-se como coisas e não como classe.

Para superar a tendência da redução da taxa de mais-valia, decorrente da liberação do trabalho vivo, o capital busca permanentemente, mecanismos para aumentar a produtividade do trabalho, isto é, aumentar a exploração da força de trabalho que permanece incorporada ao processo produtivo.

Esse mecanismo se torna historicamente possível pela subordinação real do trabalhador a um sistema de máquinas resultantes da incorporação da ciência e da técnica ao processo de produção. Esse sistema de máquinas vem, cada vez mais, sendo aperfeiçoado pelo capital, com o objetivo de aumentar a produtividade do trabalho pela redução significativa do tempo de trabalho necessário e prolongamento do tempo de trabalho excedente — trabalho não pago, portanto, gerador de mais valor. "Se a maquinaria é o meio mais poderoso para aumentar a produtividade do trabalho, isto é, para diminuir o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, em mãos do capital torna-se ela, de início nos ramos da indústria de que diretamente se apodera, o meio mais potente para prolongar a jornada de trabalho além de todos os limites estabelecidos pela natureza humana. A maquinaria gera novas condições que capacitam o capital a dar plena vazão a essa tendência constante que o caracteriza, e cria novos motivos para aguçar-lhe a cobiça por trabalho alheio" (8:459-60).

É importante sublinhar que o sistema de máquinas, como instrumento que cria objetivamente as condições para intensificar a exploração

do trabalhador, tem seus limites históricos, assim como a forma burguesa de produção. Essa forma de produção não é eterna, mas passível de superação. Entendemos, portanto, que na nova sociedade que está em processo de construção — a sociedade sem classes — pela negação da sociedade capitalista, em processo de decomposição, a maquinaria deixará de ser um instrumento de exploração e assumirá um papel social importante no processo de geração da riqueza e de liberação do homem, na medida em que terá que trabalhar cada vez menos para atender às suas necessidades. Dessa forma, a contradição principal que se põe, nesse momento, em relação a esta questão, é a contradição entre o sistema capitalista e o socialista. A utilização do produto do progresso científico e técnico está subordinada à superação dessa contradição. Isto significa que a utilização social dos benefícios, resultantes da ciência e da técnica, somente se dará pela superação da forma burguesa de produção, quando o lucro não for mais a sua força propulsora. Na sociedade que está em processo do vir a ser e tende a se realizar como totalidade histórica, a produção e a circulação serão conscientemente planejadas e a maquinaria terá objetivamente uma destinação social.

A forma de produção burguesa fundada na divisão social do trabalho e na maquinaria tem como meta a valorização do capital. Para tanto, o trabalho dentro da fábrica é planejado e executado com base em princípios organizacionais, permitindo, dessa forma, o aumento extraordinário da produção. Assim, a produção burguesa é extremamente organizada no interior da fábrica e extremamente anárquica do ponto de vista social. Essa anarquia atinge níveis cada vez mais elevados e tem na crise de 1929 seu ponto culminante. Esta crise resulta, principalmente, da grande desordem da produção capitalista. Nesse momento, as leis de mercado, as leis da livre concorrência defendidas pela economia clássica não dão mais conta de ordenar a própria economia. Esta depressão econômica provocada pelo excesso da produção e pela dificuldade da circulação das mercadorias representa para o capital, naquele momento, uma queda brutal dos lucros. Isto, porque a extração da mais-valia se processa no âmbito da produção, mas somente se materializa na circulação. Nesse contexto, a burguesia engendra mecanismos para administrar a anarquia reinante na produção social. O Estado é chamado a intervir para pôr ordem na economia e eliminar os entraves que dificultam o processo de valorização do capital. O intervencionismo do Estado permite resolver uma série de problemas do capitalismo concorrencial, mas não consegue concretamente suprimir a anarquia da produção capitalista.

O Estado burguês nunca foi indiferente à vida econômica da sociedade. Na fase do capitalismo concorrencial, no início do século XIX, o Estado exerce influência sobre a economia através do sistema da circulação monetária, créditos e impostos. Concede terras e subsídios aos capitalistas. Muito freqüentemente, as empresas militares e arsenais, vias férreas e empresas de comunicações são construídas pelo Estado. Mas a intervenção estatal na economia tem um caráter episódico nesse período, envolve somente certos setores da economia burguesa. Ele assume, nessa fase, mais a função de supervisionar e vigiar. As próprias leis de mercado é que determinam a ordenação da economia.

Na época do imperialismo, especialmente da crise geral do capitalismo, a intervenção do Estado alarga-se a toda a economia, adquirindo um caráter profundo e sistemático. Ele intervém nas relações entre o capital e o trabalho por meio de um conjunto de mecanismos que contribui para o fortalecimento da pressão econômica e política dos monopólios sobre a classe operária.

Hoje, o Estado tem um papel fundamental no controle da sociedade pela concentração do poder político, econômico e financeiro. Ele intervém na economia, assumindo o controle de grandes monopólios, elabora as leis e determina as regras que vão nortear o capital produtivo e, principalmente, o financeiro. Esta intervenção, além de criar condições favoráveis à reprodução do capital, tem uma função de amainar a luta de classes, criando mecanismos capazes de administrá-la.

É preciso entender, no entanto, que o Estado não é algo monolítico. A forma que assume neste momento é contraditória e encerra, em si, elementos de sua superação. "A propriedade do Estado sobre as forças produtivas não é solução do conflito, mas abriga já em seu seio o meio formal, o instrumento para chegar à solução" (3:331).

A monopolização e a participação estatal na vida econômica e política da sociedade são processos dialéticos e, assim, é que devem ser analisados. A concentração, do ponto de vista da tendência histórica, vai criando as condições objetivas para a negação da monopolização e do próprio Estado. Isto não significa que a monopolização leva, pura e simplesmente, à supressão do Estado e à eliminação da exploração.

A emancipação da classe oprimida e de toda a sociedade é uma tarefa política que compete à classe que, nesse contexto, tem a tarefa de direcionar o movimento da história.

Analisando a questão do Estado no contexto da sociedade brasileira, entendemos que a sua intervenção na economia e nas políticas so-

ciais no Brasil tem as suas especificidades, mas não pode ser entendida isoladamente, por ser uma decorrência do movimento do capital em nível internacional. O intervencionismo no Brasil começa a se configurar no início dos anos 30, portanto no bojo da grande crise do capital desencadeada em 1929.

Nessa década de 30, o Estado brasileiro vai contribuir decisivamente para a criação de mecanismos favoráveis à monopolização da economia. Ele passa a investir enormemente na indústria de base e cria as condições para a reprodução do capital privado. Os investimentos são destinados principalmente às áreas de energia, de produção de petróleo, de estradas e comunicação, entre outras, exatamente para montar toda uma infra-estrutura necessária aos investimentos privados nacional e estrangeiro.

Cabe ressaltar, inclusive, que a penetração de capital estrangeiro no Brasil se dá em decorrência do movimento do capital em nível internacional. Ela se processa no bojo da exportação de capitais que surge como uma necessidade histórica das grandes potências capitalistas, as quais passam a investir em países onde as forças produtivas são menos desenvolvidas, e as condições objetivas e subjetivas permitem maior exploração da força de trabalho e maior valorização do capital.

Dessa forma, cabe ressaltar que a monopolização no Brasil não é obra exclusiva do pós-64. As bases da monopolização estão postas desde 37 com investimentos na indústria de base que se intensificam no período 46/64, principalmente, no governo J.K. Nesse período, são criadas a PETROBRÁS, ELETROBRÁS, VOLTA REDONDA, SUDENE, FURNAS e são ampliadas as rodovias e ferrovias, o que vai, gradativamente, criando as condições para a monopolização do capital, independentemente de sua origem.

Convém salientar que é, precisamente, a partir de 64 que o Estado brasileiro amplia o seu poder de intervenção, adotando novas formas, agora, sob a direção e controle dos proprietários do capital monopolista e de seus representantes no aparelho de Estado. Nesse momento, vão sendo criadas as condições objetivas para que o Brasil assuma, no âmbito da internacionalização do capital, a posição de capitalismo monopolista de Estado que lhe está sendo imposta nesse contexto histórico.

Nesse sentido, o golpe de 64 se propõe a eliminar as barreiras que se interpõem à monopolização e à internacionalização da economia e cria concretamente as condições para intensificar a concentração e a centralização do capital.

Os dados, aqui apresentados, são ilustrativos a respeito da forma como ocorre esse processo em alguns ramos da economia no Brasil.

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO DE TAMANHO DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS –
BRASIL: 1960/80

| ÁREA ANOS | Menos 10 ha | | 10 a 100ha | | 100 a 1.000ha | | 1.000 a 10.000ha | | Mais 10.000ha | | TOTALS % |
|--------------|-------------|-----------|------------|-----------|---------------|-----------|------------------|-----------|---------------|-----------|-------------|
| | % NP | % Área | % NP | % Área | % NP | % Área | % NP | % Área | % NP | % Área | |
| 1960 | 44,76 | 2,23 | 44,62 | 17,96 | 9,43 | 32,51 | 0,93 | 27,42 | 0,05 | 19,80 | 100,00 |
| 1970 | 51,27 | 3,08 | 39,38 | 20,42 | 8,58 | 36,96 | 0,75 | 27,21 | 0,02 | 12,33 | 100,00 |
| 1975 | 52,10 | 2,77 | 38,03 | 18,57 | 8,94 | 35,79 | 0,90 | 27,74 | 0,03 | 15,13 | 100,00 |
| 1980 | 50,38 | 2,43 | 39,14 | 17,44 | 9,16 | 34,34 | 0,88 | 28,59 | 0,04 | 17,20 | 100,00 |

FONTE: IBGE

Os dados da Tabela 1, referentes à estrutura fundiária, indicam uma tendência crescente à concentração da terra. Ocorre uma redução no número de grandes proprietários (entre 1.000 a 10.000 ha) e um aumento da área por eles ocupadas. Em 1960, por exemplo, 0,93% do número de proprietários controla 27,42% da área dos estabelecimentos agrícolas entre 1.000 e 10.000 ha. Já em 1980, o número de proprietários cai para 0,88% e passa a controlar 28,59% da área.

Em relação aos pequenos proprietários com estabelecimentos de até 10 ha, verifica-se uma diminuição da área ocupada (1960, 2,23%; 1970, 3,08%; 1975, 2,77% e 1980, 2,43%) e o aumento do número de proprietários (1960, 44,76%; 1970, 51,27%; 1975, 52,10%; 1980, 50,38%).

Os dados indicam, ainda, que, em 1980, 49,76% da área total estão ocupados por estabelecimentos que variam de 1.000 a 10.000 ha, sendo controlados por apenas 0,92% dos proprietários; os pequenos proprietários com estabelecimentos de até 100 ha, o que representa 89,52% do número total de proprietários, controlam, apenas, 19,87% da área. Em síntese, no período de 1960 a 1980, os dados evidenciam uma tendência concentracionista em relação ao tamanho dos estabelecimentos e, ao mesmo tempo, uma maior dispersão no tocante ao número de pequenos proprietários.

A concentração do capital no setor bancário torna-se evidente ao consultarmos as estatísticas referentes ao período de 1961 a 1971. Esses dados evidenciam uma forte centralização do capital bancário expressa na redução no número de matrizes e aumento significativo no número de agências. Em 1961, o Brasil possui 332 matrizes e 5.581 agências de bancos em todo o país. Em 1971, dez anos depois, o número de matrizes é reduzido para 145 (redução de 43,7%) e o de agências aumenta para 7.679 (aumento de 37,6%). O crescimento dos bancos, pela concentração do capital bancário, é uma tendência que se concretiza, independentemente da origem do capital, seja público ou privado. Ressalta-se, no entanto, que o crescimento mais acentuado verifica-se no setor estatal (Banco Central, Banco do Brasil, CEF, etc.), que passa a controlar praticamente toda a política financeira do país.

Em relação à indústria, para ilustrar o processo de concentração, pode-se considerar como exemplo a indústria açucareira.

TABELA 2**PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO NA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR**

| ANO | NÚMERO DE USINAS | % |
|------|------------------|--------|
| 1960 | 532 | 100,00 |
| 1973 | 216 | 40,60 |
| 1982 | 204 | 38,34 |

FONTE: IBGE

No Brasil, em 1960, segundo os dados da Tabela 2, existem 532 usinas de beneficiamento do açúcar. Em 1973, este número cai para 216, e, em 1982, para 204, o que representa respectivamente uma redução de 59,4% e 61,7% em relação ao total de usinas existentes em 1960. Outros dados consultados indicam, ainda, que, de 1973 a 1982, não há variação significativa no processo de concentração neste setor. Este processo se realiza com mais intensidade e em índices bastante elevados entre 1960 e 1973.

A propriedade estatal aumenta, também, na fase atual do capitalismo. Este crescimento manifesta-se, principalmente, nas áreas da indústria de base, prestação de serviços e empresas bancárias. No Brasil, em 1977, tomando por base as 731 maiores empresas, o setor estatal controla 115 dentre elas, o que representa 15,7% do total. Essas empresas estatais possuem um patrimônio líquido de 54,3% e um lucro de 38,7%, enquanto que as 246 empresas privadas multinacionais possuem um patrimônio líquido de 24,5% e lucro de 31,3%, e as 370 empresas nacionais apresentam um patrimônio líquido de 21,2% e lucro de 30,0%.

Para se ter uma idéia do agigantamento dos monopólios estatais, basta lembrar, por exemplo, que, em 1983, a receita da PETROBRÁS é 5% superior à receita das 20 maiores empresas estrangeiras e 30% superior à receita das 20 maiores empresas nacionais privadas.

Esse processo de concentração se efetiva no Brasil, no pós-64, com a participação efetiva do Estado, que, nesse momento, redireciona

a sua forma de atuação política e econômica, em decorrência do golpe de Estado imposto pelo movimento do capital. Este redirecionamento inclui estratégias de desarticulação da classe trabalhadora pelo seu controle ideológico e político, exercido através da repressão. Esta classe vai sendo cooptada pela violência, para assegurar a consolidação do projeto da burguesia de colocar o país no nível de grande potência ajustada aos ditames do capital internacional. Esta classe, no entanto, não aceita pacificamente essa imposição. Ela reage concretamente e, apesar do controle repressivo, encontra formas de se contrapor a essa exploração. A operação-tartaruga levada a efeito no ABC paulista, nesse período da ditadura, é um exemplo.

À medida que esse projeto se concretiza, assiste-se a um processo crescente de enriquecimento de determinados setores da sociedade e o empobrecimento de outros. Em 1970, 1% da população brasileira detém 15% da renda e, em 1980, este índice sobe para 17%. Em 1983, os 10% mais ricos captam 46% da renda, enquanto os 20% mais pobres ficam com menos de 4%.

A exploração do trabalho passa a ser intensificada pela incorporação de maquinaria mais aperfeiçoada, associada ao aumento da jornada de trabalho, e pela negação, ao trabalhador, das mínimas condições de trabalho. Isto se torna evidente ao se examinar, por exemplo, os dados referentes à renda, jornada de trabalho e vínculo empregatício.

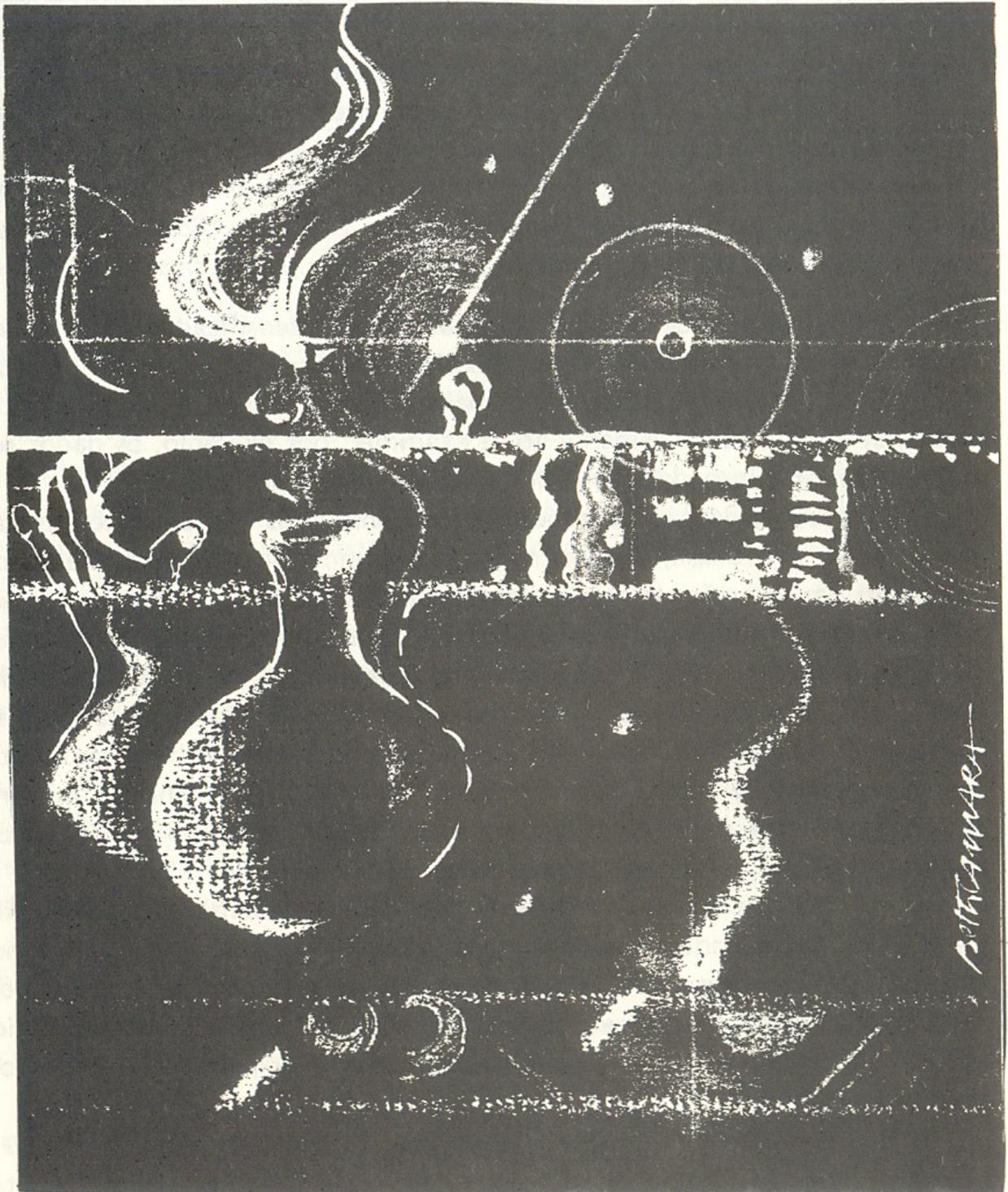
Os dados sobre rendimento mensal das pessoas economicamente ativas, no Brasil, demonstram que a grande maioria dos trabalhadores vivem em situação de pobreza absoluta. Em 1970, 50,2% da população economicamente ativa ganham menos de 1 salário mínimo, e 28,6% ganham de 1 até 2 salários mínimos. Em contraposição, apenas 1,7% da população ganha entre 7 e 10 salários e 2,2% percebem 10 salários. Importa lembrar que o período 68/72 se constitui num marco importante na história da acumulação capitalista no Brasil e coincide com o período chamado "milagre brasileiro". Nesse momento, ocorre um crescimento fabuloso nos lucros das empresas e o PIB atinge um patamar de 10% ao ano.

As informações sobre essa problemática, contidas no relatório da PNAD, indicam que, em 1984, não há uma mudança significativa no quadro nacional. Essas informações demonstram que, em 1984, 12,8% dos trabalhadores ganham até meio salário mínimo, 21%, entre meio e 1 salário e 20,6% percebem entre 1 e 2 salários. Portanto, 60% ganham até 2 salários mínimos.

Em 1986, a Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio (PNAD) evidencia que 17,12% da população economicamente ativa recebem até

meio salário mínimo, 22,74% ganham entre 1 e 2 salários mínimos, e 12,04% se incluem entre aqueles que percebem entre 2 e 3 salários mínimos. Portanto, 51,86% dos trabalhadores ganham até 3 salários mínimos.

Comparando os dados referentes ao rendimento mensal nos anos de 1970, 1984 e 1986, parece não ter havido um aumento significa-



tivo no rendimento mensal dos trabalhadores. Além de não ter havido variações substantivas, ocorre, ainda, um grande desgaste nos salários, uma vez que não acompanham os índices inflacionários. Os dados do DIEESE indicam que, entre os anos de 1960 e 1978, há uma queda de 70,92% nos índices do salário mínimo real.

Os dados referentes à jornada de trabalho no eixo Rio-São Paulo, nos anos de 1968 e 1972, evidenciam o aumento gradativo da sua extensão.

No Estado de São Paulo, por exemplo, em 1968, 59,4% dos trabalhadores são submetidos a uma jornada que varia entre 40 e 49 horas, e 24,2%, a uma jornada de 50 horas e mais. Em 1972, 59,5% cumprem jornada que varia entre 40 e 49 horas, e 28,2% uma jornada de 50 horas e mais.

Nesse período, como se vê, a jornada de 8 horas, já assegurada na legislação brasileira, foi, na prática, abolida na grande maioria das indústrias pela adoção do sistema de horas extras. Ao lado desse processo de exploração da força de trabalho, o capital e o Estado, em seu nome, passam a investir, também, em ciência e tecnologia com vistas à modernização do processo de produção e ao aumento da produtividade do trabalho. Nesse sentido, podemos aventar a hipótese de que, nesse momento, ocorre, no Brasil, uma dupla exploração. Uma, pelo aumento da jornada através das horas extras — mais-valia absoluta; e outra, pelo início da modernização — mais-valia relativa. Na verdade, estas são duas formas de exploração que se dão articulada e simultaneamente.

Essa dupla exploração traz conseqüências que podem ser evidenciadas através dos dados de acidentes de trabalho ocorridos nos anos de 1971 e 72. Em 1971, para 7,6 milhões de trabalhadores que compõem a população economicamente ativa, foram registrados 1,4 milhão de acidentes e, em 1972, para 8 milhões de trabalhadores, são registrados 1,5 milhão de acidentes. Este grande número de acidentes pode ser provocado, entre outras causas, pela fadiga decorrente do aumento da jornada e pela falta de segurança no trabalho (as empresas não investem muito em equipamento de segurança para não tornar mais caros os custos da produção).

Os dados de 1986 em relação a todo o país indicam que 19,33% dos trabalhadores brasileiros cumprem jornada de até 39 horas, 54,4%, jornada entre 40 e 48 horas, e 26,08%, jornada de 49 horas e mais. Fica evidente, dessa forma, que grande parcela de trabalhadores cumpre, ainda, jornada acima do estabelecido pela atual legislação, ficando reforçada a hipótese da dupla exploração, mesmo após a ditadura.

Ressalta-se, também, que, em 1984, apenas 54,9% dos empregados têm carteira de trabalho assinada e, em 1986, este percentual passa para 57,84%.

A situação aqui esboçada vai se configurando gradativamente pela intervenção do Estado, que, nesse contexto, passa a ser cada vez mais sistemática. O planejamento passa a ser utilizado em larga escala na busca de racionalizar a economia, e o ideário pós-liberal vai ser a forma encontrada pelo capital para justificar essa reordenação política e econômica.

Nesse contexto, cada vez mais o Estado aparece como sendo o Estado de todos. "Ele se apresenta como o Estado liberal acima dos interesses de classes. Sabe-se que do ponto de vista econômico, político e ideológico ele tem identidade burguesa; se orienta, enquanto estrutura, por uma característica de classe; porém o exercício do poder não é assumido necessariamente pela burguesia como elemento de materialidade em si". (1:27).

O Estado amplia, também, a sua intervenção na área social, elaborando programas para os setores de educação, saúde, habitação, destinados, principalmente, às populações de baixa renda. Estes programas seguem a lógica da reprodução do modo de produção capitalista, na medida em que servem, em última instância, para realimentar o processo de circulação de mercadorias em determinados setores da economia.

Ao delinear esses programas, o Estado brasileiro, principalmente na última década, coerente com a sua postura aparentemente liberal, tem enfatizado o discurso do planejamento participativo e incorporado algumas bandeiras de luta defendidas pelos movimentos populares. As decisões do Estado, nesse contexto, parecem levar em consideração as necessidades e interesses de toda a sociedade. Mas, como não existe, objetivamente, uma participação organizada por parte desses movimentos, o planejamento dito participativo se configura como uma estratégia utilizada pelo Estado burguês para a sua legitimação.

Ressaltamos, no entanto, que, mesmo havendo uma maior organização dos diversos setores da sociedade em torno desses movimentos, eles não chegariam a intervir efetivamente nas decisões, mas poderiam exercer uma cobrança mais sistemática dos preceitos formalmente indicados pelo Estado brasileiro.

O crescimento da propriedade estatal, na fase do capitalismo monopolista de Estado, não muda o seu caráter privado, nem a sua natureza sócio-econômica, e não se transforma em propriedade de toda a sociedade. No capitalismo, o caráter da propriedade estatal é determinado "pela

essência de classe do Estado burguês. Essa propriedade é capitalista, pois pertence à classe dos capitalistas, em cujas mãos fica o controle do poder de Estado" (9:139).

Com o desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado, a tendência é o desaparecimento dos limites entre o público e o privado. A distribuição da parcela, sempre crescente, da renda nacional a favor do grande capital, por parte do Estado, torna-se um traço característico da reprodução capitalista e um dos canais mais importantes do enriquecimento dos monopólios.

O Estado financia diretamente a empresa privada através de incentivos e subsídios concedidos aos monopólios. Em 1980, o Estado brasileiro libera para as empresas privadas, entre incentivos e subsídios, a fabulosa quantia de Cr\$ 745 bilhões, e, em 1981, esta cifra atinge 1,3 trilhão de zeiros. Indiretamente, o Estado transfere benefícios ao capital privado através de abatimento de impostos para a aquisição de equipamentos novos, crédito sem juros ou a juros baixos, de financiamento de pesquisas científicas. Em muitos casos, as empresas estatais, após concluírem os trabalhos de investigação e experiências mais caras, passam a ter maior lucratividade e são entregues ou arrendadas a monopólios privados, em condições bastante vantajosas. Investem, ainda, na indústria de base, para criar a infraestrutura necessária à reprodução do capital.

Os dados sobre empréstimos do sistema financeiro ao setor privado, no Brasil, são bastante elucidativos desse embricamento entre o público e o privado. Nos anos de 79, 80, 81 e 82, os bancos estatais são responsáveis, respectivamente, por 44,5%, 44,4%, 42,1% e 40,1% dos empréstimos ao setor privado. Só o Banco do Brasil, nos anos de 1975, 1976, 1977 e 1978, financia, respectivamente, 23,3%, 23,8%, 23,4% e 21,4% do total dos empréstimos do sistema financeiro ao setor privado. A CEF, nesse período (75 a 78), arca com 31% do total de empréstimos do sistema financeiro ao setor privado.

Essa participação do Estado brasileiro no financiamento da empresa privada é um processo que vem sendo gerenciado há algumas décadas, mas se intensifica a partir de 1964, quando os representantes da burguesia imperialista assumem a direção política do aparelho de Estado. Nesse momento, o Estado cria as condições concretas nas quais se darão a produção do capital com vistas a colocar o país no contexto da internacionalização da economia.

Coerente com essa direção mais geral, o Estado brasileiro nunca deixou de reservar um espaço no campo educacional à iniciativa privada, mesmo em detrimento do próprio desenvolvimento do ensino público, tendência que se agrava nos últimos anos. Do ponto de vista legal, divide sempre a responsabilidade da educação com o setor privado em nome da liberdade de ensino e, do ponto de vista material, garante apoio técnico e financeiro, repassando, principalmente no pós-68, recursos públicos para a escola privada, através de projetos de cooperação técnica e financeira firmados entre o MEC, as Secretarias Estaduais de Educação e as Escolas Particulares, além de incentivar a ampliação do programa de bolsas de estudo.

A partir de 1964, a política educacional traz no seu bojo uma forte tendência à privatização, principalmente em relação ao ensino superior. Ocorre uma grande expansão das escolas privadas, com apoio técnico e financeiro do Estado. Ao mesmo tempo em que o Estado procura se desobrigar com o ensino público, subsidia as escolas privadas. Em 1986, dos recursos oriundos do MEC e incluídos no Projeto Nova Universidade, 70% são destinados às instituições particulares. Em 1988, o MEC libera para as 39 universidades federais a importância de 7,3 bilhões, enquanto beneficia as instituições mantenedoras de 9 escolas particulares com 8,5 bilhões de cruzados.

Podemos dizer que o Estado assume, cada vez mais, o discurso da democratização do ensino, enfatizando tanto a qualidade como a quantidade. No entanto, esta tendência não se concretiza, uma vez que, na prática, o Estado no Brasil vai gradativamente retirando as condições para que ela se realize. A redução de verbas, os baixos salários, o déficit de salas, a falta de equipamentos mínimos, as péssimas condições de funcionamento das escolas são fatores que influenciam nesta situação, além das precárias condições de vida dos que freqüentam a escola pública.

O analfabetismo no Brasil é um fato presente. Em 1976, 47,0% das crianças na faixa de 7 a 9 anos eram analfabetas. Em 1979, este índice permanece praticamente inalterado (47,6%) e, em 1986, ele sofre apenas um leve declínio, passando para 41,9%.

Evidencia-se, dessa forma, que, ao mesmo tempo em que o Estado assume, com mais intensidade, o discurso da democratização e da participação, deixando transparecer sua forma liberal, na prática, ele age como o Estado de classe, colocando, inclusive, à disposição do capital privado parte dos impostos arrecadados dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. BARRIGUELLI, José Cláudio. Política educacional do governo. **Educação em Questão**, Natal, 1/2(2/1): 26-47, jul. 87/jun. 88.
02. BRASIL. Fundação Brasileira de Geografia e Estatística. **Relatório da pesquisa nacional por amostragem a domicílio** — PNAD, 1986/7.
03. ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: **Obras escolhidas de Marx e Engels**. São Paulo, Alfa-Omega, s.d., v. 2. p. 283-336.
04. IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.
05. LENINE, Vladimir. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: **Obras escolhidas de Lenine**. São Paulo, Alfa-Omega, 1982: v.1.
06. ———. **O estado e a revolução**. São Paulo, Hucitec, 1978.
07. MANTEGA, Guido & MORAES, Maria. **Acumulação monopolista e crise no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
08. MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 7. ed. São Paulo, Difel, 1982. v. 1.
09. TREPILKOV, V. **A crise geral do capitalismo**. Trad. I. Diákov. Moscovo, Edições Progresso, 1985.